

Boletim do CNE de 19/02: ACT 2020 e outros assuntos.

Compartilhamos abaixo o boletim do Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE, distribuído ontem, sobre a recente reunião com a Eletrobrás para entrega da pauta de reivindicações para o ACT 2020 dentre outras questões.



CNE PARTICIPOU DE REUNIÃO COM A ELETROBRÁS PARA ENTREGAR A PAUTA E DISCUTIR TEMAS FUNDAMENTAIS PARA OS TRABALHADORES

O CNE se reuniu no Rio de Janeiro, com a direção da Eletrobrás para a entrega da Pauta de Reivindicações do ACT 2020. Na oportunidade o Coletivo propôs que a primeira Rodada de Negociação, ocorra dia 05 de março, em Brasília/DF.

Nesta reunião foi cobrada, mais uma vez, a antecipação do pagamento da primeira parcela do 13º Salário que a empresa tinha se comprometido a fazer, em reunião ocorrida dia 28 de janeiro. Entretanto, alegando que a reunião do CIASE não ocorrera, daria resposta até o dia 18/02, porém, até o momento a empresa não se posicionou.

Além desses pontos, na pauta da reunião, constaram três temas sensíveis para a categoria eletricitária: as demissões em curso na Eletrobrás Holding, Eletronorte; Orçamento BASE ZERO e Quadro Qualiquantitativo (QQQ). O Diretor Administrativo, Luiz Augusto, somente fez uma breve participação para receber a Pauta de Reivindicações, alegando compromissos inadiáveis, não permaneceu para a discussão sobre o Quadro Qualiquantitativo e o OBZ.

Sobre os desligamentos de trabalhadores na Holding e Eletronorte

Após um duro posicionamento do CNE sobre os desligamentos na Holding e na Eletronorte, a direção da Eletrobrás afirmou que “não fará nenhuma revisão do que fora definido para os desligamentos dos trabalhadores”. O SINDINORTE essa semana esta reunido com a Direção da ELETRONORTE, em Brasília, assim, como, foram encaminhadas ações de mobilizações e na área jurídica.

Orçamento Base Zero

No que se refere ao Orçamento Base Zero, foi feita um apresentação de forma bastante sintética, “enaltecendo a iniciativa como uma excelente ferramenta de gestão”. O CNE questionou o modelo adotado, denunciando mais uma vez que se trata da gestão Lehmann que esta sendo implantada na empresa pública. Alertou para o cuidado que a diretoria da ELETROBRÁS deve tomar, considerando a diferença entre uma fábrica de cerveja ou de catchup e empresas com responsabilidade estratégica para a manutenção do abastecimento de energia no país como a Eletrobrás e as suas subsidiárias. A partir da implantação do OBZ a ELETROBRÁS terá perda total de estratégia, pois a decisão será pelo custo, e não pelo investimento e deixará de ser protagonista do setor tudo isso alinhado com o processo de privatização

Quadro Qualiquantitativo

Com relação ao Quadro Qualiquantitativo, que serviu de base para a proposta apresentada no TST para redução de pessoal, a empresa informou que foi resultado de uma Consultoria que realizou benchmarking externo e interno, sinalizando para uma possível redução ainda maior do número de trabalhadores. Cabe lembrar que o próprio Pinto Junior já declarou à imprensa que a Eletrobrás deverá ficar com cerca de dez mil trabalhadores num cenário pós-privatização.

Mais uma vez, foi alertada a preocupação com o elevado aumento de ocorrências detectado no SIN, no ano de 2019, já decorrente da redução do quadro de pessoal das empresas ELETROBRÁS após sucessivos planos de desligamento. E, ainda, para o risco dessa política resultar na substituição de mão de obra própria por mão de obra terceirizada, mesmo na atividade fim, a exemplo do que ocorre nas empresas privadas que foi objeto de comparação para elaboração do quadro.

A assessoria econômica do CNE problematizou a redução do quadro de pessoal próprio, enfatizando a queda na qualidade dos serviços, e o elevado número de acidentes de trabalho registrado nas empresas que utilizam maciçamente a mão de obra terceirizada como elemento de redução de custos. Por determinação da diretoria, a apresentação do QQQ não será disponibilizada. O CNE protestou contra a superficialidade e a forma apressada da apresentação, fato que inviabiliza até uma maior apropriação do tema para questionamentos.



PLR 2020: Mudanças propostas pela empresa trazem prejuízos para os trabalhadores

Também, dia 13, ocorreu reunião de trabalho da Comissão Paritária para discussão do Termo de Pactuação da PLR 2020. Na oportunidade, como já era esperado, novos elementos foram apresentados, que poderão causar novos impasses na negociação. Foram repetidas as diretrizes da SEST, que já pautaram o Termo de Pactuação 2019, a ser pago em 2020. O CNE lembra que este termo foi objeto de Notificação Extrajudicial pelo Coletivo, sobre nove itens, para os quais já foi solicitada mediação no TST. Mas a caixa de pandora foi aberta, e as maldades não param por aí. A gestão da ELETROBRAS resolveu inovar, trazendo ainda mais complicadores para a negociação. Um deles é a avaliação individual dos trabalhadores, pelo resultado do SGD, podendo ser objeto de redução do valor da PLR ou bonificação, de acordo com o quadrante alcançado pelo trabalhador em sua avaliação. Por outro lado, a gestão Pinto Júnior propõe um retrocesso gigantesco na forma de distribuição, alterando para 70% proporcional e 30% linear.

Os integrantes da comissão rebateram imediatamente tais propostas. Com relação à avaliação individual pelo resultado do SGD, dois argumentos foram apresentados: embora seja previsto do PCR, não existe, nas empresas, o mapeamento das competências específicas e, ainda, que em muitas empresas o SGD ainda apresenta inúmeros problemas na avaliação dos trabalhadores e não se constitui um elemento confiável para pautar a distribuição da PLR.

No que se refere à forma de distribuição, o CNE enfatizou que a proposta da ELETROBRAS vem absolutamente na contramão da luta dos trabalhadores, que tem sido, nos últimos anos, para melhorar ainda mais a linearidade da distribuição da PLR. Ficou claro para o CNE que a gestão da ELETROBRAS vai continuar no ano de 2020, tentando melhorar os números da empresa para torna-la mais atrativa ao mercado, mesmo que para isto tenha que cada vez mais explorar os trabalhadores, atacando seus direitos e benefícios duramente conquistados ao longo de décadas.

CNE e trabalhadores estão firmes na luta contra a privatização da Eletrobras

O CNE juntamente com os trabalhadores e as trabalhadoras do Sistema Eletrobras vem a três anos empreendendo uma luta incansável contra a privatização da empresa. São incursões semanais no congresso, discutindo e argumentando com parlamentares sobre os riscos que representam para o país abrir mão da sua soberania energética. Fora os impactos terríveis para a sociedade, com aumento exorbitante das tarifas e a precarização dos serviços. A luta se dá também na esfera jurídica com a assessoria específica e na comunicação, sempre com o objetivo de dialogar com a população.

O CNE acredita que o êxito até aqui só foi possível porque os trabalhadores acreditam nessa luta, por isso estão mobilizados em seus sindicatos apoiando todas as iniciativas e os chamados de luta. É preciso na atual conjuntura estar 100% organizados, os petroleiros dão o exemplo de que somente com luta é possível resistir aos ataques desse governo entreguista e antipovo. Não à privatização!

Trabalhadores e trabalhadoras resistirão!

**ATENÇÃO ELETRICITÁRIOS(AS)! VAMOS FORTALECER A GREVE GERAL DO
DIA 18 DE MARÇO EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL!**

Compartilhem este informe com os colegas!

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

A Diretoria, em 20 de fevereiro de 2020.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

